Ata da Audiência Pública realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. Por voltas das dez da manhã, o servidor EDINAIRO BARBALHO, procedeu com o protocolo de abertura desta audiência pública, e deu boas-vindas a todos, informando que ela se destina a tratar sobre o **DIA MUNDIAL DA SAÚDE** - TEMA: "POLÍTICAS DE SAÚDE E DEFESA DO SUS", por força da solicitação feita através do requerimento **Nº 909/2024**, de autoria do vereador **DR. CARLOS MARTINS (PT)**. Frisou ser uma satisfação dar início a esta audiência pública em alusão ao Dia Mundial da Saúde celebrado anualmente no dia 7 de abril. Destacou que será um momento importante para se refletir sobre os desafios e conquistas na promoção da saúde do bem-estar e saúde pública na comunidade. Estiveram fazendo parte da Mesa de debates: Vereador **DR. CARLOS MARTINS (PT)**, autor do requerimento que originou esta audiência; Vereadora enfermeira **ALBA LEAL (MDB)**, primeira secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santarém; senhora **MIRNA MACHER,** representando a Fundação Esperança e o IESPES; senhora **HILDA FARIAS BARBOSA**, representante do Comitê Gestor de Saúde; senhor **DR. DELCIMAR DE SOUZA VIANA**, superintendente do Ministério Estadual da Saúde que acompanha por videoconferência; Doutora **NÁLIA OLIVEIRA**, representante da OAB/Subseção Santarém - Comissão de Direito Médico e da Saúde; senhor **MARLON MARINHO,** representante da coordenação da Universidade Paulista - UNIP; Doutora **NASHA SANTOS**, representante do Sindicato dos Médicos do Pará - SINDMEPA; senhora **NEIVA CASTRO** – representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Pará - SINDSaúde; senhora **ADÉLIA CARVALHO,** representante da Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Oeste do Pará - ARCTOP; enfermeira **DÉBORA REGO**, representante do SINTESP/PA; senhora **KÁTIA HELENA MARINHO** - Conselho de Farmácia; Senhora **CONCEIÇÃO MENEZES** e **ROSANA MIRANDA** representantes da União de Entidades Comunitárias de Santarém – UNECOS; Senhor **ADAILTON DE JESUS COSTA**, representante do Conselho de Saúde; senhora enfermeira **SIMONE AGUIAR,** nesse ato representando a Universidade Estadual do Pará – UEPA; senhora **CLÁUDIA SANTANA** – FAMCOS - presidente da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém – FAMCOS. Composta a mesa de debates, o presidente desta audiência pública vereador **CARLOS MARTINS** agradeceu a presença e a disponibilidade de todos, ressaltando que normalmente a Casa realiza sessões solenes e especiais para determinados temas, mas optaram por realizar uma audiência pública para tratar de um assunto de relevância pública como é o caso da saúde, com o objetivo de refletir sobre a conjuntura atual que estão vivendo em relação ao Sistema Único de Saúde - SUS. Descreveu que o SUS é o melhor sistema de saúde que poderiam ter no país porque é universal, participativo, tem integralidade e faz com que a saúde seja realmente um direito, não um favor. Reconhecem que desde 2016, principalmente com a Emenda Constitucional 95, que afetou profundamente o SUS, houve alguns retrocessos nas políticas do SUS como dificuldades cada vez maiores no financiamento, assim como na gestão dos diversos programas que existem. Disse entender que do ano passado para cá, quando foi revogada o chamado teto de gastos, houve uma possibilidade maior de uma reestruturação desse sistema, portanto, frisou que o desejo é falar da realidade, mas também pensar no futuro e do que podem fazer juntos, todos aqueles que realmente respeitam o SUS e acreditam na sua possibilidade real de transformar a sociedade para melhor. Portanto, pensaram dessa forma convidando autoridades que conhecem o assunto e pessoas que vivenciam o dia a dia, como o Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde. A seguir, passou a palavra para o Dr. **DELCIMAR DE SOUZA VIANA**, superintendente do Ministério Estadual de Saúde, que se pronunciou via videoconferência. Ele manifestou sua satisfação em fazer parte dessa audiência alusiva ao DIA MUNDIAL DA SAÚDE, destacando que no final do ano passado o Ministério da Saúde reuniu com 26 (vinte e seis) superintendentes em uma reunião com a secretaria executiva onde foram produzidos materiais por cada Estado sobre ações realizadas qualitativamente e quantitativamente que deverão posteriormente ser executadas; mas antes, destacou ser necessário realizar uma pequena

apresentação sobre a questão da transição do governo, para assim averiguar como se encontra a situação do governo e o que precisa ser feito com as proposições que se tem. Relatou que ora foi feito um relatório final da transição governamental onde foi identificado na parte da Saúde: a redução de taxa de coberturas vacinais; queda acentuada de consultas, cirurgias, procedimentos, diagnósticos terapêuticos, retorno de internações; nutrição infantil provocada pela fome; mortes maternas; problemas com a atenção básica, saúde mental, saúde da Mulher, pessoas com deficiência; programas que possuíam orçamentos importantes foram encontrados em situações bastante precárias como, por exemplo, a questão da Farmácia Popular, o Programa Mais Médico, e a Saúde indígena. Disse ser dados encontrados neste processo de transição, mas que logo houve a retomada imediata, por parte do Governo Federal, do Programa Nacional de Imunização e o Movimento Nacional de Vacinação, principalmente por causa da existência de um movimento forte no mundo referente ao negacionismo com relação a vacinação. Explicou que houve um trabalho não só no campo estrutural, mas também de marketing para se recuperar essa confiança ao programa no Brasil. Frisou que bem no início do ano o Governo Federal iniciou um trabalho de conscientização e de mobilização Nacional, e o Ministério da Saúde lançou um movimento nacional pela vacinação inclusive houve investimentos de R$ 150 milhões por ano para apoiar os estados e municípios. Relatou do lançamento da Sala de Arboviroses para fazer o monitoramento não só da questão da dengue, mas de outras arboviroses que são acometidas no país. Relatou da visita da secretária em Vigilância em Saúde e Ambiente Ethel Leonor Maciel à capital do Estado, que estava preocupada com os avanços da dengue em todo o país. Disse que na ocasião houve uma reunião que se discutiu a importância de que os municípios criarem o seu plano de enfrentamento a dengue independente se está em risco ou não. Sobre a questão do Programa Mais Médico houve a retomada e agora com o nome PROGRAMA MAIS MÉDICO PARA O BRASIL. Relatou que há uma comissão com reuniões bimestrais falando sobre a evolução e fazendo observações sobre o programa em várias regiões. Destacou que o Programa Mais Médico em 2022, possuía o total de 13.726 médicos no território, já em 2023 alcançaram o número de 25.420 profissionais, acrescentando que 1000 vagas são exclusivas para Amazônia Legal. Ainda sobre o Programa, relatou que houve mudanças, primeiramente, uma reformulação de garantias profissionais que tem oportunidade de formação de especialização e mestrado, também a destinação de profissionais para equipe de consultório de rua, atendimento prisional e saúde indígena. Também registrou sobre os números expressivos com relação à saúde bocal, ressaltando que o governo federal fez importantes investimentos, o que antes era 392 equipes, hoje são 2.771 novas equipes. Na oportunidade, registrou o lançamento da reconstrução da saúde da família, destacando que foi identificado no Estado do Pará, por exemplo, equipes de estratégia de saúde da família com o número de cobertura de até 4.000, 5.000 pessoas, ressaltando que é quase difícil fazer a Saúde da Família com esse crescimento expressivo de pessoas por equipe. Dessa forma, acrescentou que o Governo Federal está fazendo esse estudo e deve apresentar no dia de hoje a reconstrução da Saúde da Família. Destacou que os agentes de saúde e de combate a endemias estão passando por um processo de recapacitação, uma ação também bastante positiva pois eles são os atores públicos que estão diretamente em contato com o Sistema Único de Saúde e a população. Frisou que vão falar também sobre o PROGRAMA MAIS ACESSO A ESPECIALISTAS porque o crescimento e a cobertura da estratégia da Saúde da Família vai gerar necessidade de novos especialistas, então o Governo Federal, Ministério da Saúde tem trabalhado nisso, e em breve também estará lançando algo relacionado a este programa que vai passar por algumas etapas, a primeira no dia 8 de abril com a publicação de normas e adesão do gestores, com início de 16 de abril; portanto, faz-se importante que o Conselho, Câmara Municipal, todos os atores da saúde tenham atenção a esse ponto que é o PROGRAMA MAIS ACESSO A ESPECIALISTAS. Disse que esse projeto de fortalecimento e qualificação na atenção primária à saúde, no que tange a Saúde da Família foi um projeto piloto por conta do que aconteceu com o povo indígena yanomami. Segundo ele, através de um núcleo de apoio houve uma imersão junto a capital e eles hoje estão com uma perspectiva de cobertura de quase 85%, o que estava estagnada há 16 anos. Destacou que houve investimentos

no TELESSAÚDE em virtude de se ter o acesso a especialidades, portanto, é uma alternativa do Ministério da Saúde para a região macro: Belém, Tocantins e Marajó, por conta da baixa cobertura na estratégia da família. Destacou que a região do Baixo Amazonas pode também aderir a esse programa importante. Continuou relatando que estiveram em Santarém a visita do Ministro da Saúde fazendo ampliação do TELESSAÚDE no SUS, beneficiando R$3 bilhões de brasileiros no Pará e Amazonas; também foi feito no ano passado o PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE FILAS, acrescentando que o Governo Federal neste momento está trabalhando a criação do programa nacional, um trabalho contínuo, não se fala mais sobre mutirões. Segundo ele, esse trabalho está sendo desenvolvido com a aplicação de repasse de recursos com os estados e municípios, havendo em 2024 um total de R$ 1,2 bilhão, e houve incremento para R$ 4,2 milhões. Destacou que essas atividades são relacionadas a exames, cirurgias que antes existia uma dificuldade muito grande na execução, mas o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, realizou um repasse conseguindo fazer a tração dessas execuções. Relatou também sobre mais especialistas na produção nacional de novas terapias de câncer, um trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde; na questão do SAMU 92, houve um reajuste nos valores em 30% no custeio, pois havia um congelamento há 10 anos. Relatou que para a COP 30 foi constituído um grupo de trabalho do Ministério da Saúde com o governo do estado e municípios da região Metropolitana. Destacou que a COP 30 precisa estar em todas as regiões, ressaltando que a Superintendência está aberta ao diálogo, ressaltando que devem aproveitar esse movimento da COP 30 e deixar um legado não só para a capital, mas para região do Baixo Amazonas. Lembrou que o piso de enfermagem foi elencado pelo Ministério da Saúde que fez o repasse no ano passado de R$126 milhões e fizeram a caravana no Estado do Pará, junto com os gestores para também qualificar, prestar informações para que a base da enfermagem pudesse receber efetivamente os seus recursos. Também citou sobre um chamamento público chamado **AgPop SUS** que é do Governo Federal, que entende que não é só o entendimento técnico sobre a gestão pública de saúde, mas que a sociedade civil possa também ter essa capacitação e ajudar esse movimento. Sobre a FARMÁCIA POPULAR, mostrou que existia um processo bastante complicado com a deterioração do programa, segundo ele, os investimentos foram aumentados com a retomada de 2,5 milhões de beneficiados do Bolsa Família, havendo a inclusão de medicação para osteoporose, anticoncepcionais; além do PROGRAMA DIGNIDADE MENSTRUAL que também foi uma ação que qualificam importante. Também destacou sobre o PROGRAMA SUS DIGITAL que teve a adesão de 99,9 % dos municípios. Segundo ele, será construído um plano nacional em que os municípios devem construir os seus planos expondo as dificuldades que possuem junto à questão digital do seu município. Em seguida, o Ministério da Saúde vai analisar esses planos e fazer a parte de estruturação no que tange a questão do PROGRAMA SUS DIGITAL. Também discorreu sobre um aplicativo onde o usuário pode acompanhar o histórico de saúde do paciente, a emissão de documentação para rede, retirada de absorventes, carteira de vacinação, lista de medicamentos retirados na farmácia. Explicou que esse aplicativo permite que o cidadão possa ter informações precisas sobre as ações que são feitas pelo Ministério da Saúde, e também na questão da pesquisa de satisfação sobre o atendimento realizado no SUS. Sobre o novo PAC houve a retomada de todo o processo, é um investimento que está sendo colocado até 2026, de R$ 31 bilhões nas diversas áreas da atenção primária, unidade de saúde, atenção especializada, questão de UPA, preparação para emergência de saúde, complexo econômico industrial da saúde e telessaúde. Destacou da retomada de obras também, em que o Ministério da Saúde está oportunizando para que os municípios possam informar sobre os estágios dessas obras que, posteriormente, possam fazer uma análise do que vai ser feito com essas obras paradas no território nacional. Informou que tem um prazo até o dia 15 de abril para que os municípios se manifestem. Relatou que as UBS são os equipamentos de saúde que mais estão em processo de retomada de obras no país e, especificamente, na região de Santarém se identificou quatro obras inacabadas, duas do Estado e duas do governo Municipal. Finalizou parabenizando o vereador CARLOS MARTINS e a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM que realizou a atualização sobre a lei de criação do

Conselho do Municipal de Saúde. Disse que acompanhou um pouco desse trabalho frisando da importância do controle social, da participação popular, do fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual e Conselho Nacional que é uma meta que vão perseguir, ressaltando ser importante que também os estabelecimentos de saúde possam ter esse conselho local instalado, porque é mais uma instância de controle e participação popular para esse imenso Sistema Único de Saúde. Agradeceu mais uma vez o convite, ficando à disposição. O vereador **CARLOS MARTINS** agradeceu a participação do senhor Delcimar de Sousa, representante do Ministério da Saúde. Disse ser importante as informações registradas por ele que trata um pouco das políticas de saúde que estão sendo retomadas e outras que estão sendo implementadas pelo Ministério da Saúde. Frisou ser muito importante conhecer, entender o que está acontecendo, e a importância dessa parceria do Ministério da Saúde com as secretarias estaduais e municipais de saúde, porque o financiamento do SUS é tripartite, mas a descentralização faz com que essas ações, a grande maioria delas, seja feita através dessas secretarias. Agradeceu a disponibilidade do senhor Delcimar Viana e, posteriormente, deu continuidade a reunião concedendo a palavra a vereadora **ENF. ALBA LEAL**, primeira secretária da Câmara Municipal de Santarém, que falou em nome da Câmara de vereadores de Santarém. A vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** agradeceu ao vereador Carlos Martins pela oportunidade, parabenizando a realização desta audiência para falar e ouvir a opinião de várias pessoas sobre a saúde do município. Cumprimentou os convidados, em seguida, desejou boas-vindas aos acadêmicos da UEPA, destacando a importância de eles conhecerem a saúde do município, precisamente da zona urbana e das demais regiões do município. Disse que sentiu um pouco a ausência da Secretaria de Saúde do Pará - SESPA que representa a Nona Regional, ressaltando que seria de total relevância a sua presença, assim como da Secretaria Municipal de Saúde, haja vista que esta discussão é sobre a saúde do município, um momento de se dialogar sobre a forma como se faz saúde no município. Destacou que sabem que Santarém, assim como vários municípios do Brasil, é subfinanciada, mas precisam estar sempre dialogando e discutindo sobre ela, buscando através dos governos Federal e Estadual, formas de trabalhar a saúde do município. Desejou boas boas-vindas a todos e se colocou à disposição para que possam discutir não só a parte positiva, mas também a negativa, porque não é só criticar, é buscar indicadores na Zona Urbana, de Rios e Planalto, que aproximem a assistência dos mais distantes lugares, porque é nesses lugares que muitas vezes a população sofre e não tem acesso à saúde. Por fim, colocou-se à disposição de todos para que possam ter essa discussão de forma salutar para que possam realmente levar a saúde de uma forma positiva para o município. Em seguida, o vereador CARLOS MARTINS (PT) convidou a senhora Doutora **NÁLIA OLIVEIRA**, representante da OAB/Subseção Santarém - Comissão de Direito Médico e da Saúde. Ela cumprimentou a todos, registrando a extrema importância da iniciativa de se discutir sobre a saúde no município. Destacou sobre o acesso à saúde como um direito fundamental, ou seja, um fundamento do estado democrático de direito, que está na Constituição, mas para que se consiga acessar a esse direito é preciso de políticas públicas, e uma delas é o SUS que é uma política pública que vai concretizar esse direito à saúde, que vai dar acesso aos serviços de saúde. Frisou que, de modo geral, as políticas públicas vêm concretizar esses direitos que se encontram na Constituição brasileira. Com relação às políticas de saúde, citou que existem várias outras subpolíticas dentro do SUS, em especial: saúde materna, saúde do idoso, saúde da família etc. Agradeceu a oportunidade de contribuir e colocou-se à disposição como OAB e pesquisadora de políticas públicas. Em Seguida, a palavra foi concedida aos representantes dos segmentos formadores, passando a palavra a senhora **PROFESSORA MIRNA MALCHER** que falou em nome da Fundação Esperança – IESPES. Agradeceu ao convite em nome da Fundação Esperança e do IESPES. Destacou que a Fundação Esperança tem 54 anos de história no município, que começou com o Frei Lucas Tupper, quando ele compreendeu a necessidade e a vulnerabilidade das pessoas desta região, iniciando um trabalho voluntário e que depois com a sua grandiosidade de pensamento, ampliou serviços e hoje a Fundação Esperança está enraizada em Santarém. Aproveitou para parabenizar a UEPA que também é uma parceira, assim como a UFOPA que são

instituições de ensino que têm contribuído com a saúde pública. Destacou a primeira porta que se abre para a instituição de ensino é o SUS, que é para lá que encaminham os alunos para os estágios curriculares. Relatou que estava conversando com o enfermeiro Marlon, recordando que são enfermeiros antigos da Secretaria de Saúde, que possuem uma experiência de alguns anos na secretaria, então quando conseguem agregar essa experiência de assistência com a docência, conseguem mostrar para os alunos muito além do que os livros mostram, sobretudo, a realidade do povo da Amazônia. Disse sobre a importância da participação das instituições de ensino em audiências como esta, porque vão ouvir pessoas que fazem parte da saúde, seja Municipal ou Estadual. Ressaltou a fala do representante do Estado dentro do Ministério da Saúde que elencou inúmeros programas dentro do Ministério da Saúde que talvez os próprios acadêmicos não conheciam. Frisou também extrema necessidade desse entrelace entre a sociedade civil, a academia, e o poder público. Finalizou destacando que a Fundação Esperança, o IESPES sempre estará à disposição da população Santarena e da Câmara de vereadores para que possam sempre fazer um debate necessário em benefício da população. A seguir, o senhor Professor **MARLON MARINHO,** representante da Universidade Paulista – UNIP, foi convidado a se pronunciar. Cumprimentou a todos e agradeceu ao Dr. Carlos Martins pelo convite e a oportunidade de estar nessa grande discussão voltada para o Sistema Único de Saúde. Disse que a UNIP tem formado profissionais dentro dos princípios do SUS, com os cursos de fisioterapia, farmácia, educação física que também é um curso voltado para saúde e a enfermagem. Como mencionado pela professora Mirna Malcher, também citou as experiencias como enfermeiros em Santarém, ressaltando ser muito bom ver os acadêmicos participarem de um momento como este para que cada vez mais possam crescer e desenvolver um SUS melhor para todos. Em seguida, foi concedida a palavra a **PROFESSORA SIMONE AGUIAR,** representante da Universidade Estadual do Pará – UEPA. Agradeceu a oportunidade que tem sido dada às instituições formadoras para participar desse momento de discussão. Destacou que essa integração entre o ensino, o serviço, entre a academia e os futuros Profissionais de Saúde é de extremamente importância, principalmente na busca de entender um pouco dessas políticas públicas de saúde dentro do SUS, que deve ser de fato um direito oportuno com políticas públicas não só criadas verticalmente, mas construídas a partir da realidade da população. Relatou que neste ato trouxe os alunos de enfermagem para participar deste momento, destacando que a UEPA tem sido uma parceira dentro dessas construções das políticas porque entende que a formação dos futuros profissionais precisa estar alinhada às políticas daquilo que de fato é necessário para a construção de um SUS diferente e integral. Destacou que, enquanto universidade, tem-se buscado através da gestão da instituição de ensino a ampliação das ações tanto no campo das ações de extensão da Universidade, aquele contato direto com a comunidade através dos editais dos projetos de pesquisa e de iniciação científica, e a partir da realidade vivenciada pelos docentes e os discentes nos campos de prática. Além disso, a universidade através da formação, hoje sendo considerados CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde com os cursos de enfermagem, fisioterapia, medicina, música e educação física tem buscado a formação desses futuros profissionais de acordo com as necessidades de saúde da população. Frisou da responsabilidade com relação à formação desses futuros profissionais e da importância de se alinhar a integração do ensino em serviço. Citou sobre a fala da enfermeira Mirna em relação às vivências práticas, que se faz necessário sair da academia, conhecer os cenários de prática, as redes de atenção à saúde dentro do município. Outro ponto que chamou atenção foi em relação a identificação dos determinantes sociais de saúde e como esses determinantes devem influenciar diretamente no processo saúde e doença. Destacou que é preciso conhecer esses determinantes sociais da saúde do município, do local onde está se atuando para que possam pensar em hipóteses, estratégias, soluções, alternativas para assim criar uma política pública. Chamou atenção para a discussão, por exemplo, da política das construções das redes de atenção à saúde dentro do município. Entre elas, a rede de atenção à Saúde da Mulher na região do Baixo Amazonas, que tem o maior destaque hoje com a mortalidade materna dentro do Estado do Pará e que já foi até 2021, o primeiro estado nacional campeão em número de mortes maternas.

Ressaltou que identificaram a mortalidade materna um problema real, frisando que diante deste contexto, o papel das unidades formadoras vem através dos editais do próprio Ministério da Saúde, por exemplo, o PET SAÚDE, que é um Programa de Educação pelo Trabalho à saúde. Divulgou que a UEPA recentemente aprovou novamente uma nova edição do PET que vem sendo discutido junto aos profissionais do município de Santarém. Disse que finalizaram o edital que dispõe de projetos de extensão com base nessa necessidade em atuar diretamente com profissionais da saúde, em especial com os agentes comunitários de saúde. Falou que há uma sensibilidade da Universidade com relação à formação desses profissionais que é algo que está dentro das políticas que o representante do Ministério da Saúde expôs, como também sobre a SAÚDE DIGITAL que dá importância a transparência do sistema em relação a clareza dos dados estatísticos epidemiológicos, do adoecimento da população, número dos serviços e das ações que estão sendo criadas e trabalhadas pelo próprio Ministério de Saúde. Enfatizou que este sistema de informação precisa realmente ser transparente para que consigam pensar possibilidades de ações conhecendo a realidade do município. Por fim, agradeceu a oportunidade que tem sido dada às instituições formadoras de participar desse momento. Em seguida, o vereador CARLOS MARTINS (PT) passou a palavra para os representantes dos trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos presentes. O senhor **ADAILTON COSTA**, representando o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**, iniciou agradecendo a professora Simone Aguiar, ressaltando que, enquanto atenção primária, muito mais se trabalha com remediar do que prevenir os agravos, pois ainda se entende a saúde como tratar doenças e não prevenir os agravos. Lembrou que realizam a campanha de prevenção de tracoma e verminoses nas escolas, onde se fornece uma medicação a todas as crianças desde o ensino fundamental até o ensino médio, mas em contrapartida não se preocupam com a condição de moradia e saneamento básico dessas crianças. Também citou sobre a qualidade do cuidado com os diabéticos, registrando que discutiam no Conselho a questão das oficinas ortopédicas da UEPA que imaginavam que o maior público dela seria as pessoas envolvidas em acidentes de trânsito, mas para a surpresa de todos são as pessoas diabéticas que estão sendo amputados para receber uma prótese. Entende-se que há muitos diabéticos idosos que moram sozinhos, o que traz uma responsabilidade para os profissionais de saúde no grupão, a enfermeira ou a Agente Comunitária de Saúde – ACS, que tentam dar assistência a essas pessoas e da mesma forma pensam nos renais crônicos. Também citou sobre o problema na rede de atenção, o que tem levado a um problema crônico em relação a referência e contra referência. Contou de um paciente da sua área que fazia cuidado da saúde mental no CAPIS, e era acompanhado também pela Unidade Básica de Saúde, o que levou a tomar duas vezes o mesmo medicamento. Relatou que neste caso não houve a comunicação entre os níveis de atenção, sendo uma falha grave que acontece em todo o sistema de referência e contra referência. Também frisou sobre às políticas verticais de saúde, destacando que hoje o financiamento da atenção primária é realizado pelo PROGRAMA PREVINE BRASIL que foi pensado de maneira igual para todo o Brasil, mas não considerou as realidades dos municípios brasileiros, sobretudo dos que se encontram na Amazônia. Relatou alguns exemplos citando as dificuldades e desafios da região. Para concluir lembrou que no dia 19 de abril o município de Santarém vai estar realizando a Conferência de Gestão de Trabalho, Educação e Saúde, que será aberta à população e que vai estar discutindo a formação dos Profissionais de Saúde e seus desafios. Acrescentou que hoje há muitos avanços nessa parte de formação, mas que há desafios com a formação de médicos, pois ainda não conseguem sensibilizá-los a atuarem na saúde da família, que a especialização em saúde menos procurada. Relatou que acompanhou alguns professores dos cursos de medicina e tem visto essa mudança de pensamento, pois há uma tentativa de sensibilizar aquele profissional médico a permanecer um pouco mais a atenção primária, na saúde da família. Destacou que essa a falta do médico é uma realidade que vai se agravando conforme vão se distanciando dos centros urbanos. A senhora **DÉBORA FERREIRA REGO** – Diretora do SINTESP/PA - núcleo de Santarém. Ela cumprimentou a todos e enfatizou que no último dia 7, comemorou-se o Dia Mundial da Saúde, mas frisou que todo dia se faz saúde. Como servidores públicos ressaltou que todos os dias estão na labuta buscando melhorias para a

população, e que o papel do sindicato é sempre lutar e defender os direitos dos trabalhadores. Ressaltou que, apesar de o SUS estar evoluindo, faz-se essencial um olhar diferenciado dos deputados e senadores no encaminhamento de emendas parlamentares destinadas a atenção básica. Na ocasião, exemplificou as dificuldades de acesso dos ACS ao seu local de trabalho e as comunidades que realizam assistência. Frisou que ele tem esse papel fundamental de levar saúde aos hipertensos, diabéticos, e aos doentes crônicos, sugerindo trabalhar políticas voltadas para um atendimento diferenciado. Destacou da necessidade de fazer políticas voltadas principalmente para atenção básica, incentivando atenção às UBS, que estão precisando de reformas, e de renovar o compromisso de lutar e defender os direitos não só dos trabalhadores, mas de toda a população, pois precisam que a Comissão de Saúde da Câmara faça o seu papel de fiscalizadora dentro do município. Recordou de quando a enfermeira Alba Leal fazia parte da comissão e sempre a viam nas UBS e no Hospital fazendo o seu papel; e atualmente não se ver isso, mas como sindicato estão fazendo o seu trabalho de cobrar. Relatou que recentemente estiveram em duas unidades básicas de saúde Jacamim e Tiningu para mediar conflitos em relação a algo que pode ser resolvido com diálogo. Destacou que se tem buscado trabalhar e mediar essas situações, conseguindo resolver os problemas junto ao sindicato e gestão, principalmente na defesa dos direitos dos trabalhadores e da população santarena. Em seguida, também fez uso da fala a representante do SINDSaúde, **NEIVA CASTRO**, que cumprimentou a todos e nome do SINDSaúde que é um sindicato que luta pela classe trabalhadora e pelo SUS, reforçando que o Sindicato dos Trabalhadores está à disposição da classe e do SUS. Continuou destacando a importância de investimentos na saúde primária, a qual estão os profissionais da linha de frente como os ACS. Recordou a perda de colegas durante a pandemia, ressaltando que se sentiram excluídos por não ter havido uma formação adequada aos ACS neste período. Também fez uso da palavra a senhora **KÁTIA HELENA MARINHO**, representante do Conselho Regional de Farmácia. Cumprimentou os presentes, registrando que está representando a diretoria do Conselho de Farmácia Carolina Heitmann. Frisou que acredita que essa audiência pública tem uma importância imensa para área farmacêutica, sugerindo a inclusão do farmacêutico dentro da atenção básica, tanto da média ou da alta complexidade. Explicou que ele tem um papel fundamental quanto ao cuidado com o paciente referente a medicação correta, também na Farmácia Popular e demais projetos existentes. Relatou que ficou sabendo ontem, através do Conselho Municipal de Saúde, que no Plano Anual vai ser inserido o farmacêutico como um profissional para ajudar no cuidado da população. Frisou que isto será um ganho para todos porque quando se fala em atenção básica, pensa-se logo no enfermeiro que acaba fazendo alguns serviços que é papel do farmacêutico; portanto, neste sentido, o Conselho de Farmácia coloca-se à disposição. Destacou ainda sobre a questão da FARMACOECONOMIA, explicando que se o profissional for inserido junto a equipe multiprofissional na atenção básica, poderá ajudar a mediar através da FARMACOECONOMIA a disposição de medicamentos aos usuários para haver economia e ninguém fique sem a sua medicação. Concluiu citando as academias que disponibilizam o curso de farmácia como o IESPES e a UFOPA, reforçando que o profissional farmacêutico precisa ser inserido na atenção básica para contribuir com a população e gestão. Em seguida, o presidente desta audiência vereador **CARLOS MARTINS**, convidou os representantes das entidades de usuários para se manifestar, registrando que em seguida abrirá espaço para três inscrições da galeria. Registrado esses informes passou a palavra a **ADÉLIA CARVALHO** presidente da Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Oeste Pará – ARCTOP. Agradeceu a Mesa e em especial Dr. Carlos Martins e enfermeira Alba Leal que estão com as portas abertas do gabinete para ARCTOP. Na oportunidade, relatou que na época que descobriu a insuficiência renal crônica não havia nefrologista em Santarém, relatando que passou anos sendo tratada com clínicos gerais que a tratavam com uma infecção urinária crônica até chegar um nefrologista em Santarém. Disse que defende o SUS porque ele é um projeto maravilhoso e incrível, e que a cada dia está evoluindo. Registrou que hoje são mais de 400 renais crônicos em fila de transplante em Santarém, porque são porta aberta e englobam 21 municípios. Registrou que anteriormente não havia expectativa de

transplante em Santarém, mas hoje o município, através do HRBA, já realiza esse procedimento. Destacou que houve a renovação de contrato para realização do transplante no Regional e também a ampliação de profissionais para estarem à frente desse transplante. Frisou que isso é uma conquista, e que o poder público deve sempre trazer a qualidade e melhoria da saúde, porque a população com saúde traz mais benefícios para a cidade. Lembrou que havia farmacêuticos profissionais em seus tratamentos, e hoje em dia tem as Universidades que chegaram para Santarém para formar esses profissionais que antes tinham que ir estudar fora da cidade. Finalizou registrando que é transplantada há 5 meses, e que passou 14 anos em tratamento. Em seguida, a senhora **ROSANA MIRANDA** – União de Entidades Comunitárias de Santarém – UNECOS. Cumprimentou a todos, em especial a senhora Luciene Santos representando as mulheres que também fazem parte do processo de construção do Conselho Municipal de Saúde em Santarém. Saudou a enfermeira Mirna e o enfermeiro Marlon que são da época do desbravar o SUS. Segundo ela, foram eles que começaram as ações e serviços nos mais longínquos lugares que hoje há uma UBS. Enfatizou que a exposição feita pelo senhor Delcimar de Souza, alegra o seu coração com a retomada de alguns serviços que, depois de um grande período de retrocesso e estagnação, retorna aos seus eixos. Destacou que não podem pautar o SUS em apenas sete indicadores, ressaltou que devem lembrar que há 63 que estão abandonados. Relatou que o PREVINE BRASIL só se pauta em sete indicadores e nem eles estão sendo cumpridos; explicou que, quando se destaca a questão da mortalidade materna, após a investigação de acordo com o Ministério da Saúde, conclui-se que a maioria das mortes são evitáveis e preveníveis, e que a maioria delas são por uma infecção urinária que se agrava. Ressaltou que se faz necessário discutir o fortalecimento da atenção primária como o ponto central da saúde porque é a partir dela que conseguem reduzir o número de pessoas para o segundo e terceiro nível de atenção à saúde, mas precisam desses níveis fortalecidos. Relatou que está concluindo uma especialização em direito sanitário, pois acha esse debate essencial e que devem entender esse papel para que possam não judicializar, mas contribuir com o fortalecimento do SUS. Quanto a situação do município de Santarém com seus diversos problemas, destacou sobre o HRBA que hoje está sucateado, informando que as pessoas da Oncologia não têm sequer medicação e que não conseguem leitos para gravidez de alta Complexidade. Frisou a necessidade de se discutir a formação dos órgãos formadores de Recursos Humanos para que consigam formar profissionais com o pé no chão, pois muitos dos problemas são resolvidos com uma boa acolhida. Ainda, citou a falta da participação dos gestores da Secretaria Municipal de Saúde e da SESPA nesta discussão. Argumentou que não há muitos motivos para comemorar o Dia Mundial de Saúde porque se discuti mais sobre doença do que realmente a saúde. Pediu que os olhares fossem voltados para aquelas políticas que favorecem a qualidade de vida da população, evitando o inchaço nos serviços de saúde. Citou que o Ministério da Saúde está buscando resgatar a questão das conferências de gestão, educação no trabalho e de saúde do trabalhador, que são momentos importantes para reconhecer a importância dos profissionais e dos trabalhadores de saúde no conjunto das políticas. Em seguida, fez uso da fala a senhora **CLÁUDIA SANTANA** – FAMCOS - presidente da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém – FAMCOS. Registrou que, infelizmente, vivenciam hoje um dos piores momentos da saúde pública no município de Santarém com grandes índices de mortalidade materno infantil que registra um momento de omissão, e não podem ser omissos quando estão perdendo vida por falta de aparelhamento no serviço público de saúde do município e no Estado, pois o número de leitos ofertados no Hospital Regional de Santarém é insuficiente para atender a demanda. Relatou que a Federação representa principalmente os bairros periféricos que possuem a assistência básica de saúde, mas que vivenciam momentos difíceis sem medicação necessária, sem equipe técnica suficiente para atender a população, grande número de áreas descobertas nos bairros, e filas enormes no sistema de regulação para atendimento às cirurgias. Frisou que estão observando algumas mudanças com o novo secretário de saúde, registrando que o viu no Conselho de Saúde, o qual a federação não tem mais uma cadeira, mas, independentemente de estar com ela ou não, ainda vão estar replicando, discutindo e denunciando

a dor da população e aonde precisa haver investimentos. Citou sobre a saúde mental, do bem-estar da população e dos serviços de saneamento que realmente estão precários. Também lembrou que famílias saíram de uma pandemia que acarretou problemas mentais, depressivos e de ansiedade e que hoje estão batendo nas portas das UBS, mas não há especialistas e equipe técnica necessária para atender essa população. Lamentou muito a ausência dos demais vereadores e secretário de saúde, e pediu socorro quanto as estruturas do Hospital Municipal que continuam frágeis e colocando em risco a vida de pessoas. Destacou que a Federação não só representa as falas de quem está silenciado nos bairros, mas também discute com os movimentos sociais, com gestores para que possam encontrar e canalizar respostas à população. Por fim, parabenizou os profissionais de saúde que trabalham no HMS, UPA-24h e no HRBA, no sentido de que eles defendem e resguardam a vida daquelas pessoas. Frisou que a Federação não quer de maneira nenhuma constranger nenhum segmento, mas também não podem silenciar o que está errado. O vereador **DR. CARLOS MARTINS** (PT) destacou que o SUS só funciona com controle social e que juntamente com a vereadora Alba Leal tiveram essa iniciativa, de fazer uma audiência para ouvir, debater e conversar sobre o SUS, o qual se deseja vê-lo cada vez mais forte. Em seguida, destacou que o senhor **DELCIMAR SOUZA** deseja fazer uma contribuição, passando a palavra ao mesmo. Ele pediu desculpa pela interrupção, em seguida fez uma observação importante ressaltando que o Ministério da Saúde tem colocado os superintendentes com a obrigação de ouvir as falas de todos os segmentos, porque é a partir deles que vão se modelar, acrescentando que há a consciência de que fazer saúde no Sudeste não é mesma coisa de fazer em Santarém. Neste sentido, informou que existe os chamados instrumentos de planejamento da Saúde que são: o plano Municipal que é a programação anual; os RDQ que é o Relatório Detalhado do Quadrimestre; e o relatório anual de gestão. Destacou que a partir deles que o Ministério começa a planejar as ações, explicando que nos locais que tem especificidades, por exemplo, na dificuldade de custeio, existe a alternativa de descrever isso no relatório anual de gestão, então é importantíssimo a análise dos trabalhadores e é obrigação dos gestores de estar registrando onde se encontra as dificuldades. Portanto, existindo algum problema na gestão de financiamento, então o controle social tem que ser mais participativo e olhar esse relatório de gestão para que inclusive possam colocar no PPA Federal. Disse que a Superintendência está tentando recuperar um sistema chamado **ApuraSUS** - Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS, que é um sistema para auxiliar no processo de apuração e gestão de custos em distintas Unidades de Saúde do SUS, para que assim possam verificar a especificidade de cada município, portanto, pediu que fiquem atentos aos instrumentos de planejamento. Destacou que a Superintendência se colocou novamente à disposição e se for necessário fazer um seminário, promover discussões no planejamento Regional integrado, estão à disposição também para sociedade civil, os trabalhadores e gestores no sentido de colaborar nesse sentido de fortalecer o controle social e a Participação Popular. O vereador **CARLOS MARTINS** (PT) agradeceu por lembrar que esses instrumentos de gestão têm que refletir a realidade, agradecendo mais uma vez a sua participação. A seguir, concedeu oportunidade de fala a mais três pessoas. Inicialmente pelo senhor **CLÁUDIO** que parabenizou ao vereador Carlos Martins pela iniciativa de realizar esta audiência pública, porque sentem o poder público distante da realidade. Lamentou a ausência do secretário de saúde, em seguida, destacou que não é da área da saúde, mas como usuário ficou estarrecido com a colocação do senhor Delcimar Souza. Frisou que respeita todas as falas, mas não concorda com todas. Na ocasião, relatou de uma situação vivida na UPA 24h, descrevendo que ficou decepcionado com a instalação e atendimento na unidade, ressaltando ser um descaso. Também relatou sobre o atendimento no HRBA, descrevendo ser uma unidade inacessível à população; e destacou sua indignação com a obra de quinze anos do Hospital Materno Infantil. Citou que o planejamento na saúde pública é péssimo, porque as instalações existentes em Santarém são ineficientes e insuficientes à população. Manifestou o desejo desta situação da saúde melhorar, pois, segundo ele, a realidade da saúde se encontra atrasadíssima. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor **EDENILSON CIRIACO**, o qual parabenizou o senhor Claudio pela sua fala. Concordando que o descaso da saúde em Santarém é uma realidade. Citou os dados

referente a mortalidade infantil, registrando que o Ministério Público tem mais de 40 inquéritos de UBS referente a falta de medicamentos, e como usuário do SUS veio participar desta audiência para cobrar providências. Manifestou seu descontentamento com a ausência do secretário de saúde, ressaltando que esteve na Conferência estadual e o governador registrou que disponibilizou R$ 25 milhões para o HMI que não conclui sua obra. Citou o sinistro que aconteceu no Hospital Municipal, registrando que sabia que poderia acontecer, porque quando foi conselheiro, realizava vistorias, acrescentando que o próprio Ministério Público alertou, inclusive teve determinação judicial que não foi cumprida. Portanto, novamente solicitou do poder público providências e dos jovens estudantes enfatizou que o município precisa muito dele, porque acredita na expressão de que "o jovem é futuro". A seguir, o senhor **MANUEL**, morador da grande área do Maracanã, foi convidado a se manifestar. Na oportunidade, parabenizou os vereadores Carlos Martins e a Alba Leal por darem oportunidade à sociedade de falar e garantir esse espaço como democrático. Saudou os demais presentes e registrou que estará trazendo uma fala em favor da periferia da Zona Oeste que envolve as áreas do Maracanã e Juá, principalmente, em relação ao atendimento da UBS daquela grande área que hoje é insuficiente para atender toda aquela população. Frisou que dentro daquela grande área está sendo proposto vários projetos de equipamentos, mas devem ser construídos junto com a comunidade, havendo uma consulta para que a população realmente diga da necessidade, pois só a unidade do Santarenzinho não atende mais aquela grande área, o que causa transtorno a população que mora na área de baixo do Juá. Frisou ser necessário avaliar e pensar uma demanda que o governo anunciou de um complexo para aquela grande área envolvendo uma UBS, mas haviam protocolado um documento muito anterior a esse defendido em audiência, defendido em conferência de saúde, feito baixo assinado. Disse que consideraram como se fosse um desrespeito não serem consultados diante desses equipamentos que vão ser construídos e que o desejo é que sejam incluídos no debate para que não apenas alguns sejam atendidos, mas toda aquela grande área seja beneficiada. Outra questão mencionada foi em relação ao serviço dos ACS, destacando ser importante que o governo trabalhe para melhorar esse serviço na comunidade. Pediu aos pares presentes que possam verificar a questão de contratação de ACS, principalmente na área da periferia. Disse que já fizeram várias solicitações ao governo Municipal em relação as áreas descobertas. Por fim, lembrou que no passado houve uma discussão dos acadêmicos da área de medicina de Santarém que estavam reivindicando um ambulatório para atividades acadêmicas no município. Disse ser importante olhar para esta questão, porque seria um ganho muito importante um ambulatório para dentro da UEPA, para ajudar a sociedade. Em seguida, fez uso da fala a senhora **MARIA ROSÂNGELA**, graduada em psicologia, pós-graduanda em Direito Social. Registrou que gostou muito da fala do superintendente DELCIMAR SOUZA, ressaltando ser bem atual, porém, registrou que se deve fazer planejamento e pensar em saúde para regiões como Maró, Mariazinha, Cachoeira do Aruã; questionando se o usuário conseguirá, na falta de medicação na UBS, garantir essa medicação gratuita nas farmácias, pois quando representava um órgão de assistência no bairro Maracanã, deparou-se com uma denúncia de uma família acometida de escabiose há mais de 10 anos. Disse que fizeram o acompanhamento, acionaram a UBS, Associações e escola para que essa família viesse a ser assistida e hoje ela está muito bem. Enfatizou que estão tentando reverter esse descaso da saúde com o SUS, mas deixou sua sugestão de uma audiência voltada para ouvir a população e levar as indignações para as autoridades. Registrou que é adepta da medicação alternativa, relatando que seu pai de 92 anos se cuida através da medicina alternativa, porque se for depender do tratamento de medicação não vão ter. Disse que é preciso fortalecer essa discussão pois ao receber o convite, inicialmente pensou que gostaria de ouvir o que o secretário tem para falar, assim como saber o que o Conselho Municipal de Saúde está fazendo para esse descaso nas UBS. Destacou a necessidade de se discutir prevenção de saúde em uma audiência mais aberta. O vereador **CARLOS MARTINS (PT)** agradeceu a fala da dona Rosângela, ressaltando que acha que o SUS é democracia, e juntos possam ter a possibilidade de buscar os melhores caminhos. Disse que devem fortalecer a democracia nesse país, recordando das plenárias de usuários, das idas para Brasília brigar pela

Emenda Constitucional do financiamento da Saúde. Portanto, frisou que nunca achou que reunião é ruim, pois sempre acha que reunir é o melhor caminho para encontrar as soluções. Em seguida, passou a palavra a **DOUTORA NASHA** – representante do SINDICATO DOS MÉDICOS. Ela cumprimentou a Mesa em nome do vereador Carlos Martins, inclusive agradecer o convite para participar da audiência, expressando também concordar de que é necessário reunir para falar e dar voz à população. Justificou que não conseguiu chegar antes porque se confrontou com uma situação que é comum no serviço público, pois foi chamada para atender duas emergências de pacientes que precisavam de leitos, e como médicos precisam se virar para manter a vida de pessoas sem ter os recursos mínimos necessários a nível hospitalar. Agradeceu a oportunidade de estar falando, e que poderia falar muitas coisas enquanto Sindicato dos Médicos. Citou que, recentemente, saiu um dado sobre esta região do Pará que apresenta um número insuficiente de médicos. Em relação ao SUS, ele está enfrentando um desafio a nível nacional, um problema que diz respeito à privatização do SUS nos últimos anos. Explicou que se observa cada vez mais recursos públicos de saúde que deveriam chegar para fortalecer a atenção primária, atenção a nível hospitalar, mas eles não chegam porque os recursos são transferidos para Organizações Sociais em todo Brasil, e no Pará e em Santarém não poderia ser diferente. Destacou que isso é uma política a nível nacional de privatização do SUS, então acredita estarem vivendo um momento muito grave em termos do fortalecimento do SUS por conta disso. Frisou que, além dos recursos públicos serem transferidos para as O.S. que não estão sujeitas ao controle como o serviço público está; elas acabam sendo caixas pretas servindo para fazer inquéritos a nível do Ministério Público Federal e Estadual apontando desvio de recursos. Enfatizou que outro ponto que complementa essa dificuldade na assistência, diz respeito à falta de transparência nas informações sobre o SUS, a níveis Municipal, Estadual e Federal. Além disso, explicou que existe falta de controle de fiscalização, pois os órgãos que deveriam fazê-lo, no caso dos Conselhos de Saúde, eles não têm feito esse papel. Revelou que faz parte do Conselho Municipal de Saúde e que muitas vezes sentiu vontade de desistir, porque ao chegar lá, quer dar voz à população e muitas vezes se sente hostilizada porque fala aos seus colegas de conselho a realidade, que as UBS não têm resolutividade, que os hospitais não tem leito e, infelizmente, os Conselhos no Brasil não estão servindo adequadamente como espaço de democracia participar ativa. Acredita que é algo que precisam evoluir no SUS seria fortalecer os Conselhos tornando-os independentes. Citou que na última oportunidade de votar as contas de 2019 no Conselho, reprovaram as contas do município, entretanto, o Conselho não consegue que o prefeito publique a Resolução do Conselho Municipal de Saúde, muito menos a resolução reprovando as contas. Questionou de como a Câmara dos vereadores tem feito a fiscalização dos recursos de saúde, pois nas várias audiências nesta Casa, inclusive de prestação de contas quadrimestrais que a SEMSA realiza, os vereadores não comparecem. Portanto, frisou ser uma realidade, por isso, possuem obstáculos no Conselho Municipal, não avançam na democracia participativa dos órgãos de controle externo; a Câmara Legislativa, infelizmente, a maioria dos vereadores, acabam sendo da bancada do governo e não enfrentam os mesmos problemas que são concretos da população, o mesmo problema acontece com o Tribunal de Contas que não julga as contas, não reprova. Então acredita que devem enfrentar a privatização do SUS, mencionando que devem dar cada vez mais voz aos usuários, fortalecer a democracia participativa dos Conselhos e fortalecer os órgãos de fiscalização do Conselho e da Câmara dos Vereadores. Disse que devem cobrar que os vereadores façam o seu papel de fiscalizar, que coloquem a vida acima de interesses partidários, frisando que, se cada um fizer o seu o papel técnico independente da questão ideológica, há condições de avançar no fortalecimento do SUS. Concluiu destacando que, enquanto Sindicato dos Médicos, coloca-se junto as organizações sociais em defesa do SUS e à disposição dos movimentos sociais para ouvir as reivindicações e levar ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de controle externo como a Câmara Municipal, Ministério Público e Tribunal de Contas, para assim haver a cobrança de que os recursos do SUS, efetivamente, cheguem onde devem chegar. Chegando aos trâmites de encerramento desta audiência o vereador **CARLOS MARTINS** (PT) fez uma reflexão explicando que a política do

SUS que é da saúde universalizada, infelizmente, ainda não é uma política hegemônica, pois, segundo ele, ainda tem muitas pessoas que lutam contra o SUS. Destacou que a sociedade tem essa característica do conflito, então devem fortalecer esse conceito de que saúde é para todos, que ela tem que ser pública, universal, que não é para pobre, mas para todos. Disse que tem que incluir todo mundo, que não é gasto, mas investimento. Relatou que há muito parlamentar em Brasília que luta contra o SUS, infelizmente. Disse que estão aqui para fazer essa reflexão para buscar melhorias para esse sistema, todos juntos como usuários, prestadores, trabalhadores e gestores. Destacou que tudo que conversaram aqui vai ser ampliado. Por fim, agradeceu a enfermeira Alba Leal e a todos que ficaram até esse momento, frisando que estão aqui para avançar na saúde, registrando que o compromisso do governo atual é aumentar de 40% para 60% o gasto público em saúde, portando, devem ir atrás desse recurso, trazer mais investimentos, equipamentos, ampliar o acesso, melhorar a capacidade de atendimento e resolutividade. Frisou que é otimista e não vai entrar no debate do que vai ficando para trás, pois devem seguir em frente, sair daqui animados, trabalhar juntos. Por fim, o vereador **CARLOS MARTINS (PT)** agradeceu novamente, convidou a todos para uma foto e declarou encerrada a presente audiência pública. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

FREQUÊNCIA DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA REFERENTE AO DIA MUNDIAL DA SAÚDE. TEMA: "POLÍTICAS DE SAÚDE E DEFESA DO SUS"
de autoria do vereador Dr. Carlos Martins (PT), realizada no dia 11/04/2024.

NOME/ INSTITUIÇÃO
Bianca Gato Pereira
Cláudio S. Araújo
Jordana Camile C. de Aquino
Valéria Ferreira Pereira
Leary Kaliny Reis da Silva
Andreza Gabriela Pinto Ferreira
Jamilly Eduarda Silva Almeida
Katia Helena M. de Andrade / CRF-PA
Jonailson Sousa Polares
Maria Helena Nogueira Oliveira
Hélio Sandre dos Santos Mina
Maria Aparecida Pereira
Geraldo Silva Mendes Junior
Hailton Cesar Pantoja de Sousa
Neiva Castro
Cintia Malcher
[illegible]
Ana Paula Rites
Daniella Soares Christofoletti Monte
Suede Souza da Silva
Wally Caramca Wai Wai
Arlana Carvalho
[illegible]
Juaquiene dos Santos Lavor
Janaina Sousa Gonçalves
Carlos [illegible]
[illegible]
Adriana Marques Fernandes
Simone Rodrigues da Silva (ASMOBAM J)

FREQUÊNCIA DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA REFERENTE AO DIA MUNDIAL DA SAÚDE. TEMA: "POLÍTICAS DE SAÚDE E DEFESA DO SUS"
de autoria do vereador Dr. Carlos Martins (PT), realizada no dia 11/04/2024.

NOME/ INSTITUIÇÃO
Ricardo Ortiz
David Souza Fernandes.
Heloisa Simone Valente
Kimerson Santos Vilosbôas CMS.
Analia Oliveira de Souza / OAB
Tayane de Souza Gomes
Maria Rosangela Ferreira de Souza
Mirna Malcher - IESPES.
Débora Ferreira Rego. SINTESP/Pa.
Simone Aguiar da Silva Figueira.
Darcilene Monteiro Duarte
Edemilson Cirilo
Raíssa Karine Sá Figueiredo
Marlon Rudson S. Maria
Liliane Farias Lima da Rocha
Karen Vitória de Souza Caldas.
Letícia Gomes Bernardes
Cinalice França Lima
Vanessa dos Santos Borges
Maiara Maia Lima
Amanda Vitória Corrêa Cardoso
Letícia Tavares dos Santos
Edelane Gabriele Vasconcelos Pereira
Ana Camille Irana Falcão Brito
Amanda Lima Lout.
Conceição Menezes
Rosana Miranda
Rayane Pires da Silva.
Milena Zila Santos Cândido

FREQUÊNCIA DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA REFERENTE AO DIA MUNDIAL DA SAÚDE. TEMA: "POLÍTICAS DE SAÚDE E DEFESA DO SUS"
de autoria do vereador Dr. Carlos Martins (PT), realizada no dia 11/04/2024.

NOME/ INSTITUIÇÃO
Vania Maria da Mota Fonseca (CMS)
Adailton Costa
Beatriz Beatriz Costa
Edilane Sabino (CMS)
Maria Luciene Gama Santos